



Os atores do desenvolvimento rural

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS
E PRÁTICAS SOCIAIS**

**Sergio Schneider
Marcio Gazolla**
Organizadores


UFRGS
EDITORA


PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

Os atores do desenvolvimento rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Os atores do desenvolvimento rural

Sergio Schneider
Marcio Gazolla
Organizadores

© dos autores
1ª edição: 2011

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Ilustração da capa: arte popular, México
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

A881 Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais / organizadores Sergio Schneider [e] Marcio Gazolla. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

328 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultores – Construção – Autonomia – Diversidade. 4. Agricultura familiar – Novos mercados. 5. Agroindústria rural – Redes de desenvolvimento. 6. Agricultura – Criatividade – Conhecimento. 7. Agricultura familiar – Diversificação agrícola. 8. Turismo rural – Campos de Cima da Serra, RS. 9. Agricultura ecológica – Certificação participativa. 10. Agricultura – Desenvolvimento – Conservação ambiental. I. Schneider, Sergio. II. Gazolla, Marcio. III. Série.

CDU 338.43.01(81)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0136-4

Turismo e inovação no meio rural: visões a partir do turismo rural na região dos Campos de Cima da Serra

Raquel Lunardi
Marcelino de Souza

Introdução

O meio rural brasileiro passa, principalmente após a década de 1970, por mudanças significativas em seu espaço, não só econômicas, mas também sociais. Essas modificações vêm ocorrendo em virtude da modernização agrícola, que surge com a implementação de novas técnicas e de métodos de plantio e colheita, com inovações genéticas e com melhoramento na mecanização (Graziano da Silva, 1999).

A crise deste modelo produtivista faz surgir um novo contexto no meio rural, ancorado pela relação entre o rural e o urbano. Este espaço passa a ser não só agrícola, mas também cenário para o desenvolvimento de novas atividades e de multifuncionalidades, fazendo emergir uma nova concepção de meio rural, com um tecido econômico e social diversificado, com outro conceito de rural, uma “nova ruralidade” (Wanderley, 2000). De tal modo, os espaços rurais são espaços de coprodução entre o homem e a natureza (Ploeg, 2008), propício a geração de novas práticas, novos processos e novas formas de inovação, conectados aos territórios, ao saber e a cultura local. Neste ambiente brota um modelo de desenvolvimento rural com outros objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), sinergias com os ecossistemas locais, maior valorização de novos produtos e serviços, associados a novos mercados, tornando o espaço rural um “espaço de consumo” de valores simbólicos e materiais, destacando-se as atividades do setor de serviços (turismo, gastronomia, ecoturismo) e do setor industrial, ou seja, uma diversidade multisetorial.¹

Neste modelo o rural deixa de ser essencialmente local de produção de *commodities* agrícolas e passa a ser também local de novas possibilidades. Estas possibilidades estariam relacionadas com um repertório diversificado de formas de reação e inovação, que vão desde estratégias de economização (agricultura de baixo custo) até formas de pluriatividade e de diversificação das fontes de rendas. A justificativa para a diversidade do repertório é que am-

¹ Os estabelecimentos agrícolas de economia familiar multisetorial engendram altas densidades populacionais e dão flexibilidade ao mercado de trabalho, suavizando os impactos em períodos de desemprego. E estimulam comportamentos simultaneamente cooperativos e competitivos, muito imitados por outros agentes econômicos locais” (Veiga, 2001, p. 9).

bientes diversificados, propiciam a otimização do uso dos recursos e uma melhor distribuição da renda dentro da família (Ploeg *et al.*, 2004).

Nesse sentido, pretende-se trazer à discussão a atividade turística como estratégia de inovação, como um dos “jeitos” encontrados pelos agricultores para “driblar” os problemas cotidianos que ameaçavam a gestão e a organização da propriedade. A análise parte de visões acerca de estudos realizados pelos autores na região dos Campos de Cima da Serra,² noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS), tendo como foco da análise o trabalho das mulheres na atividade turística. Foram utilizados materiais empíricos coletados entre os anos de 2006 e 2009, em oito propriedades rurais que oferecem os serviços de hospedagem, que subsidiaram a elaboração da dissertação de mestrado intitulada *Turismo rural: a contribuição das mulheres* e do projeto de pesquisa *Ipode*.

O presente artigo encontra-se da seguinte maneira: na primeira sessão tratamos do referencial teórico sobre as atividades não agrícolas e inovação no meio rural; na segunda sessão buscamos refletir com base nos dados empíricos, onde realizamos um panorama geral do turismo na região pesquisada; na terceira sessão abordamos as interfaces entre o trabalho doméstico e o produtivo, focando a análise no trabalho feminino; e, finalmente, fazemos algumas reflexões para concluir o trabalho.

Atividades não agrícolas e inovação: um olhar a partir do turismo rural

Nos últimos anos vêm se apresentando um ampliado debate sobre as formas de organização da produção agrícola no meio rural. Este debate está centrado na discussão acerca das alternativas de reprodução para além da atividade agrícola. Nesta perspectiva surgem reflexões sobre a importância das atividades não agrícolas como forma de geração de emprego e renda e, conseqüentemente, de redução da pobreza e das desigualdades no meio rural brasileiro. No entanto, a agricultura como atividade produtiva não perde sua significância econômica e social, o que está acontecendo é que os agricultores estão incorporando outras dimensões na reprodução social, como o patrimônio cultural, as tradições, o lazer, o turismo.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas é explicada por diversos autores (Graziano da Silva, 1996 e 1999; Schneider, 2003; Marsden, 1995; Kinsella *et al.*, 2000) que compartilham a ideia de que a pluriatividade³ é entendida como uma estratégia de reprodução

² Os dados aqui apresentados fazem parte da dissertação de mestrado intitulada *Turismo rural: a contribuição da mulher*, defendida em 2006 pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e de estudo realizado para o projeto de pesquisa intitulado *Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil*, financiado pelo CNPq. Fizeram parte da pesquisa os entrevistados dos municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul e São José dos Ausentes, totalizando 11 empreendedores de pousadas rurais.

³ “A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não agrícolas. Por isso, insiste-se que não se deve confundir as atividades não agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões, das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho” (Schneider, 2007, p. 17).

social e econômica para as famílias rurais e está relacionada com as formas de alocação da força de trabalho das famílias em diferentes atividades.

No momento em que o agricultor assume novas atividades externas à agricultura, este ocasiona um conjunto de novas funções e significações do meio rural, não só econômicas, mas também sociais e culturais, que refletem positivamente e/ou negativamente em todos os membros da família. Para Schneider, “à medida que as famílias conseguem ter um portfólio mais diversificado de opções de trabalho, tornando-se pluriativas, suas rendas tendem a se elevar, a adquirir maior estabilidade, e as fontes tendem a se diversificar” (Schneider, 2007, p. 22). Para este mesmo autor existem várias justificativas em favor da combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas.

A primeira delas seria o combate e erradicação da pobreza rural; a segunda é que a pluriatividade possibilita, através da diversificação produtiva e das ocupações não agrícolas, a ampliação das fontes de ingresso de renda; a terceira refere-se a sua capacidade de gerar mecanismos que ajudem a diminuir o êxodo rural, especialmente dos jovens e das mulheres; a quarta diz respeito à contribuição que ela pode gerar para as políticas fundiárias (geração de emprego e renda para assentados rurais); a quinta razão é que a pluriatividade pode estimular os avanços em políticas afirmativas de direitos dos jovens e das mulheres; a sexta é de que a pluriatividade pode ser uma estratégia de renda e de emprego para as populações tradicionais que vivem em áreas de preservação; a sétima seria de que a pluriatividade pode ser a ponte entre as políticas agrícolas e a política de desenvolvimento rural; e por último, mas não menos importante, a de que a pluriatividade tem potencial para dinamizar as economias locais e fazer do mercado interno o ponto de partida do processo de diversificação econômica. Nessa perspectiva, a estratégia da pluriatividade tem como objetivo diminuir a vulnerabilidade dessas famílias, buscando amenizar os riscos causados pelo conjunto destes fatores, representando ao agricultor uma proteção aos riscos (Kinsella *et al.*, 2000; Ellis, 2000; Schneider, 2003 e 2007).

Diante disso, a pluriatividade justifica-se como uma estratégia de diversificação rural sustentável e permite que os agricultores escolham seu próprio meio de vida e, conseqüentemente suas representações socioeconômicas.⁴ Sua manifestação está relacionada, principalmente, a fatores como a nova estrutura do mercado de trabalho familiar, que em decorrência da mecanização agrícola possibilitou a liberação da mão de obra de alguns componentes familiares, sobretudo das mulheres e dos jovens. Para Ellis (2000, p. 15) “a diversificação dos meios de vida é definida como o processo pelo qual o grupo doméstico rural constrói uma crescente diversificação do portfólio de atividades e ativos para sobreviver e melhorar seu padrão de vida”. A diversificação dos meios de vida resulta em complexas interações com a pobreza, podendo contribuir de várias formas: primeiro, com a distribuição de renda, pois existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de seus meios de vida; segundo, com a produtividade rural, cuja diversificação de dentro da unidade de produção, muitas vezes, acontece associada às contribuições de segurança de renda doméstica

⁴ Ellis (2000) considera ainda que a definição de estratégias dos meios de vida está relacionada com as necessidades e as escolhas dos indivíduos, sendo que na primeira as ações são involuntárias e são adotadas como uma reação a outros condicionantes, isto é, uma reação ao capital natural, capital material, entre outros; já na segunda, as ações são voluntárias ou proativas, estabelecidas com o intuito de aumentar a diversidade dos ativos e capitais existentes, como a diversificação das fontes de renda, aumento do capital físico e material, etc.

melhoradas pela diversificação fora da porteira da propriedade rural; terceiro, com o meio ambiente, pela redução da necessidade de os agricultores menos capitalizados super explorarem o solo agrícola para levar a cabo práticas extrativas do local para a sobrevivência; quarto, com as relações de gênero, ao melhorar a distribuição da renda dentro da família; e, quinto, com maior segurança aos efeitos macroeconômicos, isso porque, com a relativa liberalização de preços e mercados, a diversificação pode reduzir seus efeitos imediatos que poderia ocorrer caso fosse dependente de apenas uma estratégia de renda (Ellis, 2000).

Na perspectiva deste autor, a diversificação implica na constituição de um repertório de estratégias definidas pelo próprio grupo doméstico, levando em consideração os contextos produtivos, devendo ser entendida a partir da heterogeneidade do tecido social no meio rural, que tem como resultado um grande número de formas de meios de vida (*livelihoods*), isto é, em diferentes formas de inovação nas práticas produtivas, nas interfaces entre mercados e consumidores, nas normas e nas instituições.

É na busca desta diversidade multisetorial que os agricultores acionam algumas estratégias de inovação.⁵ A inovação, nesse sentido, “não se refere simplesmente a produtos ou tecnologias, mas também a processos e modos de inovação, de desenvolvimento econômico, organização social, educação e criação de habilidades” (Dargan e Shucksmith, 2006, p. 6). Sua difusão está diretamente relacionada à relação entre as instituições, das políticas de inovações para promover a competitividade, dos sistemas educacionais, do capital social, entre outros aspectos e tem a perspectiva orientada ao ator⁶ como uma de suas sustentações teóricas (Ploeg *et al.*, 2004).

Para Ploeg, os estudos detalhados orientados aos atores revelam não só a criatividade e a experimentação desenvolvidas por agricultores, como também sua capacidade contínua de absorver e retrabalhar ideias externas e tecnologias, de forma tal que se torna impossível caracterizar um elemento particular como pertencente à ciência popular ou à ciência dos cientistas (Ploeg *et al.*, 2004, p. 34).

Estes mesmos autores (Dargan e Shucksmith, 2006) trazem a discussão da inovação vista como uma chave para o desenvolvimento econômico regional, onde a presença de políticas de inovação é central para prover as regiões de competitividade. Sob a perspectiva dos atores locais, a inovação é definida, segundo o que os autores chamaram, de conhecimento *leigo* ou *comum*. Aqui, a inovação é entendida como uma coisa que vem de fora para dentro, trazida por atores ou instituições alheios à comunidade, ou seja, desconhecidos. As inovações são trazidas a partir das discussões realizadas por eles, deixando os agricultores fora do processo de tomada de decisão (Dargan e Shucksmith, 2006, p. 12; tradução nossa). Segundo as definições do programa Leader:⁷

A inovação está ligada à formação de redes de atores locais e/ou de relações locais entre atores sociais e instituições, ou seja, segundo este entendimento uma inovação para ocorrer

⁵ Para aprofundamento desta temática ler os artigos de Oliveira, Gazolla, Carvalho, Schneider e de Marques que constam como capítulos neste livro.

⁶ Essa perspectiva prevê que se leve em consideração o conhecimento adquirido do agricultor, seja por meios técnicos ou populares durante toda sua trajetória de vida.

⁷ Ligação entre ações de desenvolvimento da economia rural (Leader). Programa que se desenvolveu de 1991 a 2006 no âmbito da União Europeia e visava congregar instituições, pesquisadores e avaliar experiências novas e diferentes no espaço rural europeu.

(“nascer”) prescinde de atores e instituições interligados por algum tipo de relação social, seja ela produtiva, organizacional, de processo, de trabalho, etc. (Dargan e Shucksmith, 2006, p. 14; tradução nossa).

Esta relação com as redes e com as instituições são percebidas nas iniciativas de turismo desenvolvidas no meio rural gaúcho. A inovação do turismo no Rio Grande do Sul tem sido fomentada, especialmente, pelas instituições não governamentais incentivadoras do desenvolvimento de pequenas empresas e pelas instituições de extensão rural, como a Emater/Ascar. Essa realidade não é diferente nos Campos de Cima da Serra. Nesta região, a participação das instituições locais como prefeituras municipais, Emater/Ascar e Sebrae teve papel central no desenvolvimento e consolidação do turismo nesta região. Foram elas, também, que organizaram o turismo rural em redes, através da elaboração da rota turística Campos de Cima da Serra e outras rotas e roteiros turísticos (ainda em fase de elaboração). A formação de redes no turismo rural é uma forma de consolidação do produto turístico, bem como um meio facilitador nas estratégias de marketing e divulgação do local (Lunardi, 2007).

As inovações permitem o surgimento de novos mercados, bem como desenvolve novas cadeias de suprimento e de produção, diversifica a economia local, cria novas redes e relações sociais, dissemina conhecimentos, soma esforços entre atores e instituições, etc. Para Dargan e Shucksmith, (2006, p. 19) as inovações estão sendo desenvolvidas potencialmente em três direções principais, que são: (a) a diversificação das economias locais; (b) a intensificação das interações entre o contexto local e global; e (c) o estreitamento de relações entre os atores locais em direção a novas relações locais e na construção de sinergias entre estes.

Estas condições, conforme Dargan e Shucksmith (2006), são facilitadas a partir do envolvimento dos atores locais. Estes são importantes pelas suas habilidades e conhecimentos, necessários na busca por mudanças de nível local. Para estes autores, “o conhecimento é uma nova fonte de recursos que mobiliza as capacidades e transforma a estrutura das agendas políticas” (Dargan e Shucksmith, 2006, p. 51). O conhecimento local é um dos principais recursos utilizados na formatação do produto turístico rural. O saber-fazer, sobretudo das mulheres, é peça chave no desenvolvimento do turismo de base local. Essa capacidade está relacionada com o que Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) chama de *farmers’ knowledge*,⁸ ou seja, o conhecimento dos agricultores. Para Ploeg são os *farmers’ knowledge* que potencializam a produção de novidades e as inovações no meio rural. “Produção de novidade está muito inter-relacionada com, e emerge do, e resulta num tipo de conhecimento que é o conhecimento local” (Ploeg *et al.*, 2004, p. 3-4). Uma novidade pode ser uma modificação dentro de uma prática existente ou pode consistir em uma nova prática e surge das inter-relações, sendo desenvolvida em um local determinado e em outro não, podendo ser promissora ou não. Isso também acontece no turismo rural. Seu desenvolvimento depende das características locais, da paisagem natural, do ambiente cultural, da organização do trabalho familiar e sua exploração pode ou não ser promissora. A análise empírica trazida neste artigo irá confirmar as afirmações postas acima.

⁸ Para aprofundamento desta temática ler os artigos de Carvalho, Gazolla e Oliveira neste livro.

Trajetórias do turismo rural nos Campos de Cima da Serra (RS):⁹ um olhar feminino

O turismo rural¹⁰ surge no Brasil, principalmente pós-década de 1990, primeiramente nos estados do sul, avançando por quase todo o território brasileiro rapidamente. A experiência pioneira no Brasil foi na cidade de Lages (SC), na fazenda Pedras Brancas.

Para Almeida (2000, p. 7), o “turismo rural é conhecido como a atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola pecuária à atividade turística. É um fenômeno social que consiste no envolvimento dos indivíduos ou grupo de pessoas, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”. Esta atividade, assim como outras atividades não agrícolas, tem se tornado uma opção viável de complementação de renda. No entanto, assim como em toda inovação, os riscos com sua implantação são altos. Para Almeida (2000, p. 9) “a relativa inexperiência do homem do campo com uma atividade não tradicional, aliada ao desconhecimento das especificidades do turismo rural” geram situações desfavoráveis ao desenvolvimento da atividade turística. Seguindo a experiência de Lages, muitos municípios passaram a investir no turismo rural.

A exploração desta atividade tem remetido a um questionamento: o que está estimulando o turismo rural? No Brasil este fenômeno pode ser compreendido, de um lado, como uma resposta à reestruturação da economia sob os efeitos da globalização, sendo o aparecimento das atividades não agrícolas uma destas dimensões. Por outro lado, é uma atividade que sofre a influência das mudanças sociais relacionadas à redução das jornadas de trabalho promovidas pelos incrementos tecnológicos crescentes e o aumento do tempo livre dos indivíduos, assim como a elevação da expectativa de vida das pessoas e das alterações nos padrões de consumo, que voltam-se crescentemente às amenidades e aos bens não tangíveis. Mas para se tornar uma estratégia de diversificação sustentável, o turismo no meio rural deve ser, antes de tudo, um turismo local, de território, gerido pelos próprios residentes, ou seja, endógeno, considerando o potencial cultural e patrimonial da comunidade local e as diversidades geográficas e ambientais, devendo então se basear na interação e integração entre os seus diferentes atores – Estado, instituições privadas e comunidade local.

Para Ploeg (2006) há a possibilidade de o agricultor e sua família ampliarem seu leque de possibilidades frente aos circuitos de comercialização, a fim de adquirir maior autonomia através de uma série de alternativas de diversificação:

1) novos produtos e serviços são produzidos, com a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis. Emergem então empresas multiproduto, que contêm novos índices de competitividade e que reforçam a autonomia. Ao lado dessa primeira tendência (e, com frequência, bastante ligada a ela), há também 2) um distanciamento em relação aos principais mercados de insumos, uma mudança em direção ao que é conhecido como agri-

⁹ Resultado da dissertação de mestrado *Turismo rural: a contribuição da mulher*.

¹⁰ O turismo rural refere-se ao conjunto de modalidades de empreendimento e serviços turísticos oferecidos no espaço rural, como agroturismo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo gastronômico, hotéis fazenda, restaurante, entre outros. Para Tulik (2003) o turismo rural é uma expressão empregada, geralmente, de modo extensivo a qualquer atividade turística no espaço rural. Identifica-se com turismo no espaço rural e turismo nas áreas rurais, ambos os termos utilizados como sinônimos.

cultura mais econômica; 3) a reconexão da agricultura com a natureza tem desempenhado papel central. De acordo com a mesma racionalidade, 4) a *pluriatividade* e 5) novas formas de cooperação local são redescobertas. Estas também permitem uma reconexão e, assim, uma redução na dependência direta da agricultura em relação ao capital financeiro e industrial e 6) uma reintrodução da artesanidade (Ploeg, 2006, p. 45).

Dessa forma, o agricultor desfruta de um repertório de novas alternativas de desenvolvimento rural, entre elas o turismo rural. Experiências analisadas pelos componentes do grupo de estudos “Mercados não agrícolas rurais” têm demonstrado que o turismo rural possibilita a valorização da produção primária original, gera empregos, valoriza o trabalho do homem do campo, agrega valor à cultura e à identidade do homem rural, revitaliza a economia local, revaloriza o patrimônio arquitetônico e cultural, gera alternativas de desenvolvimento psicossocial de mulheres, jovens e idosos, resgata as raízes rurais, insere mulheres e jovens no mercado de trabalho, socializa as mulheres rurais, etc. (Blos, 2005; Elesbão, 2005; Silva, 2005; Fuck, 2005; Lunardi, 2007). Estudos realizados por Ventura (Ventura *et al.*, 2002) também demonstraram a importância do turismo rural no aumento de renda das famílias, no aumento das oportunidades de emprego e nas funções sociais das comunidades rurais.

Mediante as considerações acima, podemos concluir que o turismo rural pode apresentar-se como uma estratégia viável de reprodução social, econômica e cultural das populações rurais. Contudo, ele não deve ser a única alternativa de desenvolvimento rural, pois sua afirmação e consolidação estão atreladas às especificidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e oportunidades que cada espaço oferece, ou seja, deve haver relação direta entre o turismo e as características sociais, econômicas, culturais e ambientais/ecológicas de cada local. Sobretudo, é importante ter-se a consciência de que o turismo rural não é uma “salvação” para o meio rural, mas uma, entre tantas, estratégias de diversificação da economia familiar e local.¹¹

O estudo analisado neste artigo traz o turismo rural como uma inovação desenvolvida pelos agricultores da região dos Campos de Cima da Serra diante das dificuldades de reprodução, especialmente econômica, da atividade pecuária. O turismo rural como alternativa de produção é recente nesta região, datam os primeiros registros oficiais a partir da década de 1990. A beleza natural do local com grande riqueza fluvial, juntamente com os penhascos, cascatas e dois parques nacionais: o Parque Nacional dos Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral¹² o formatam como um importante produto turístico natural. Primeiramente, foi desenvolvido o turismo de aventura e o ecoturismo; logo, quando perceberam as potencialidades turísticas da região e a necessidade de equipamentos turísticos (hospedagem e alimentação) para os turistas, os agricultores decidiram investir nesses segmentos, tendo para isso o incentivo e o aporte do poder público local.

¹¹ Falamos em economia local quando nos referimos aos incrementos de renda deixados pelo turista no comércio local (supermercados, postos de gasolina, farmácias, etc.) e para as famílias envolvidas direta e indiretamente com a atividade, como aquelas fornecedoras de mão de obra, produtos e matéria prima.

¹² A criação dos parques nacionais é antiga, ela data de 1959. Dentro dos parques está localizado o maior agrupamento de cânions da América Latina, dentre eles, o Cânion Itaimbezinho, Cânion Fortaleza e Pico do Monte Negro.

Da concepção à consolidação

O turismo teve início, nesta região, a partir do enfraquecimento da atividade agropecuária e da situação financeira das famílias que se agravava a cada ano. Necessitados de reagirem a esse panorama buscaram novas estratégias de reprodução econômica e social, além da atividade agrícola. O turismo rural, no primeiro momento passou a ser uma atividade complementar para as famílias, mas logo, em muitas propriedades tornou-se a principal fonte geradora de riqueza, não só econômica, mas também social e cultural.

Tendo em vista esta nova estratégia de desenvolvimento para o meio rural local, agricultores, instituições, organizações e associações municipais e estaduais lançaram mão de um repertório de estratégias no intuito de promover a atividade turística. Essas iniciativas culminaram na estruturação da rota turística “Campos de Cima da Serra”.¹³

Além das prefeituras municipais e do governo do Estado, que deram, sobretudo, o aporte financeiro às iniciativas, outras instituições participaram ativamente na organização, consolidação e formatação do turismo rural nos Campos de Cima da Serra, como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae-RS) e a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/Ascar-RS).

A atuação do Sebrae deu-se na elaboração e consolidação do projeto, prestando assessoria técnica aos empreendedores, bem como proporcionando cursos específicos da área e divulgando o roteiro em nível nacional e internacional. Já a atuação da Emater/Ascar deu-se em nível local, sobretudo na adequação e organização das propriedades para a recepção de turistas. Nesse sentido, os técnicos da Emater realizaram cursos de atualização na área do turismo para melhor colaborar com os novos empreendedores. Além disso, a Emater tem sido importante agente no acesso ao crédito rural (Pronaf), onde uma das linhas é o Pronaf agroindústria, onde está incluído o turismo rural, e o Pronaf Agregar. Esta instituição é, ainda, importante fomentadora/promotora de eventos festivos e culturais no meio rural, como, por exemplo, a Festa da Gila, no município de Bom Jesus.

Não podíamos deixar de mencionar em nossos relatos os principais atores envolvidos nesta inovação no meio rural dos Campos de Cima da Serra: os agricultores. Nesta análise, podemos dividi-los em duas categorias: os empreendedores e os empregados. Os empreendedores foram os agentes centrais neste processo de desenvolvimento rural baseado em atividades não agrícolas. Importante destacar que nas propriedades pesquisadas a iniciativa pela inovação partiu das mulheres, que vendo a situação de vulnerabilidade e de crise da agricultura acionaram novas estratégias de sobrevivência para a família.

¹³ A Rota Campos de Cima da Serra está localizada a noroeste do Estado do RS, na parte mais alta do Estado. Fazem parte da Rota nove (9) municípios: Bom Jesus, Cambará do Sul, Esmeralda, Jaquirana, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Vacaria. A criação da Rota foi impulsionada pelas belas paisagens naturais da região, pois nesta região estão localizados canyons do Parque Aparados da Serra e dos canyons do Parque Itaimbezinho. A Rota se constituiu juridicamente como uma associação civil na forma de um consórcio, sem fins lucrativos. A ideia da criação do consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra ou da Rota dos Campos de Cima da Serra, nasceu de conversas entre os prefeitos municipais e representantes da Secretaria de turismo gaúcha. Em 2001 foi criada então a Rota com o objetivo de desenvolver as potencialidades turísticas dos municípios consorciados.

O interesse pelo turismo rural surgiu por intermédio de conversas com os turistas que visitavam os cânions. Estes, não tendo onde se hospedar e se alimentar sugeriram aos agricultores a abertura de estabelecimentos que suprissem essa necessidade e atendessem a demanda emergente. Outros fatores foram ainda citados: incentivo dado pelos amigos e pelas prefeituras municipais, experiências adquiridas em viagens e exemplo das propriedades vizinhas que investiram no turismo e tiveram retorno financeiro com a atividade. Contudo, o fator econômico, assim como demonstrado em outros estudos (Garcia Ramon, Canoves e Valdovinos 1995; Valiente e Pérez, 2000; Silva, 2005), ainda é o principal fator de motivação do desenvolvimento do turismo rural. Além do incremento na agricultura familiar, a diversificação do espaço através do turismo permitiu a inserção no mercado de trabalho de atores que até então não desenvolviam atividade produtiva que gerasse renda monetária, como é o caso das mulheres e jovens que se encontravam em situação de ajuda na atividade produtiva, e assim puderam inserir-se na dinâmica econômica familiar.

As mulheres atuam como agentes centrais na maior parte dos empreendimentos turísticos da região. Nessa região, o envolvimento delas na atividade turística tem várias motivações, entre elas, a necessidade de diversificação das fontes de renda familiar e a busca de atividades que permitam construir maiores níveis de autonomia frente às relações desiguais de gênero, uma das razões mais alegadas.

A similaridade entre as atividades para manter o turismo e os afazeres domésticos leva à interpretação de que o trabalho realizado pelas mulheres no turismo seria equivalente ao trabalho doméstico ampliado. Esse fator também justificaria o envolvimento *natural* da mulher nesse ramo. Outra interpretação relacionada a essa suposta analogia com a atividade doméstica é que o turismo rural não exigiria elevado nível de qualificação, já que poderia ser desenvolvido com os conhecimentos previamente adquiridos pelas mulheres. Assim, elas podem combinar as atividades domésticas com as atividades relacionadas ao turismo. Para Pérez e Valiente (2000), a dedicação que o turismo exige se encaixa perfeitamente ao perfil das mulheres, porque lhes permite continuar com sua função principal, a doméstica.

As mulheres valorizam a oportunidade de trabalho no turismo rural, pois ele contribui para o bem-estar econômico da família, sem que ela tenha de sair de casa: “[...] a parte econômica conta muito, porque tu não vai fazer um trabalho se não é bem remunerado, tu não tem prazer. Pode até iniciar, mas não tem prazer em continuar [...]” (Entrevistada A). Para as mulheres essa nova reestruturação/organização do trabalho familiar gerou resultados além do valor econômico. A valorização do trabalho trouxe consigo a inserção destas mulheres na organização social da propriedade e da comunidade local, possibilitando a socialização destas mulheres, mudando sua dinâmica social, econômica e cultural e também das famílias envolvidas. A partir das relações com os turistas a mulher abriu seu “leque” de oportunidades culturais, sociais e econômicas, possibilitando, ainda, que elas melhorassem seu relacionamento com pessoas estranhas à família, além de participar de atividades em instituições e organizações que antes não era possível (Rivera, 2000).

No entanto, a importância delas nem sempre é reconhecida, podendo ocorrer três situações típicas: 1) elas permanecerem sendo consideradas *ajudantes*, ou seja, como sujeitos socialmente ocultos (assim como costuma ocorrer na produção agrícola); 2) mesmo assumindo integralmente a responsabilidade pela atividade, continuam sendo consideradas *dependentes*,

já que o turismo é frequentemente visto como ocupação complementar; 3) elas assumem o *status* de *empresária do meio rural* ou *empresária do turismo*, quando são reconhecidas como responsáveis pela administração e gestão da atividade turística.

A segunda categoria de agricultores, os empregados, é fundamental para o desenvolvimento do turismo nesta região. São eles que fornecem mão de obra, tanto permanente quanto temporária, e também a matéria-prima quando a propriedade receptora não produz o suficiente. O interessante nesta região é observar que as relações de parentesco, compadrio e vizinhança promovem as transações mercantis neste espaço, seja por meio da troca, da reciprocidade ou mercantil, tanto de produtos quanto de serviços.

Outro agente-chave no desenvolvimento do turismo rural são os turistas. Os turistas surgem nas propriedades estudadas como um “agente invasor” que modifica a dinâmica familiar e da comunidade local. No primeiro momento eles não eram bem vindos, especialmente na visão daqueles que não estavam envolvidos direta ou indiretamente com a atividade. Estes agricultores acionaram, então, dispositivos em resposta à sua insatisfação com a presença destes turistas. Logo compreenderam que os turistas poderiam dinamizar a economia local com entrada de renda e de melhoria na infraestrutura local.

Turismo rural e relações de gênero no meio rural: interfaces entre o doméstico e o produtivo

O turismo tem se desenvolvido de forma diversa no espaço rural, onde em algumas regiões, especialmente as regiões turísticas, tem se demonstrado como uma fonte importante de renda e de reorganização social do meio rural. Em outras, tem se constituído como uma atividade sazonal, de pequena expressão econômica, mas de forte apelo social. Um dos efeitos mais significativos do turismo tem sido a ampliação da oferta de mão de obra no meio rural, especialmente de populações excluídas ou marginalizadas do sistema de produção de bens, como as mulheres e os jovens.

Diversos estudos têm trazido à tona a importância do turismo na reorganização do trabalho familiar em comunidades rurais (Garcia Ramon e Ferré, 2000; Sparrer, 2003; Lunardi, 2007), sobretudo o trabalho feminino. Estes estudos demonstram que a mulher é peça chave no desenvolvimento do turismo e que o resultado de seu trabalho tem se constituído em importante fator de valorização (econômica, social e política) das mulheres rurais envolvidas nestas atividades. No entanto, é imprescindível considerar o trabalho do homem no desenvolvimento desta atividade, mesmo que este seja de caráter complementar.

O envolvimento da mulher na atividade turística resulta de fatores externo e internos à propriedade. Como fatores internos estão presentes as relações econômicas e sociais da unidade familiar. Econômica no momento em que há procura por uma nova fonte de renda, já que a agricultura/pecuária não está conseguindo manter a reprodução econômica de muitas famílias. Social, no momento em que as famílias estão organizadas a partir de uma estrutura de relações de gênero sustentadas por uma visão tradicional do trabalho, ou seja, de divisão sexual do trabalho, em que mulheres e homens têm papéis distintos e definidos por uma organização social tradicional. Além disso, fatores internos como demografia, tipo de exploração

(tamanho e atividade agrícola) e os sistemas de valores são determinantes no momento de optar por uma nova atividade produtiva. Já os fatores externos estão relacionados, especialmente, às instituições e ao contexto econômico vigente. As instituições,¹⁴ na área pesquisada, representam no turismo rural uma importante contribuição para o seu desenvolvimento. O contexto econômico determina a procura ou não por uma atividade produtiva fora da agricultura.

Com relação ao trabalho masculino há uma redefinição das tarefas que antes eram desempenhadas pelos homens. No turismo, conforme dados levantados em pesquisa exploratória,¹⁵ o homem assume o papel de ajudante da mulher, até porque, na maioria das propriedades-foco deste estudo, a atividade pecuária ainda permanece e continua sob a responsabilidade do sexo masculino. Assim, o homem não trabalha apenas na pecuária, ele também desempenha atividades relativas ao turismo, estas que são uma extensão de sua atividade pecuária, desenvolvida no espaço produtivo, ou seja, no ambiente externo da propriedade.

Além da reestruturação do trabalho familiar, foi possível identificar nas localidades estudadas uma readequação do trabalho de outros agentes locais, como vizinhos e parentes, especialmente nos períodos de maior visitação (férias escolares), representando uma nova alternativa de emprego não agrícola. Esta afirmação está sustentada nos dados coletados nas propriedades pesquisadas, que empregam funcionários temporários e permanentes (Lunardi, 2007). Concomitante a isso, novas oportunidades de emprego geram novas fontes de renda e com isso criam-se novas perspectivas econômicas para as famílias e para a comunidade local.

A valorização econômica da atividade turística nesta região é salutar, pois em grande parte das propriedades o turismo rural se consolidou como atividade econômica/produtiva principal, o que não significa que a agricultura deixou de ter sua importância na reprodução econômica e social destas famílias, mas sim que está ocorrendo uma inversão nas capacidades produtivas. O turismo possibilitou que os valores arrecadados na atividade fossem revertidos como ajuda na atividade agrícola, possibilitando a continuidade desta produção. Destarte, os recursos oriundos do turismo contribuem na educação dos filhos, na manutenção da propriedade, tanto interna como externamente, além de possibilitar a autonomia financeira de membros da família como as mulheres e os jovens.

Ao considerar o binômio empresária/turista pode-se evidenciar que entre ambos existe, sobretudo, uma relação de amizade recíproca. O contato com pessoas de outro universo, tanto dos visitantes quanto dos visitados, é considerado como um ponto positivo por ambos.¹⁶ A interação entre os dois grupos fortalece as relações sociais, especialmente das mulheres, que antes do contato com os turistas, o contato interativo com pessoas de outros grupos sociais, de outras etnias, de outro “mundo” (urbano) era pouco. Esse contato permitiu que a relação, que poderia ser de perda de privacidade, se tornasse uma oportunidade enriquecedora de conhecimento cultural e social, além de contribuir para a renda da família, como a fala de uma

¹⁴ Na atividade turística as instituições como prefeituras municipais, Sebrae, governo do estado são consideradas as principais atuantes e influenciadoras no processo de desenvolvimento do turismo rural.

¹⁵ Pesquisa realizada em abril de 2009.

¹⁶ No entanto, partem dos vizinhos as desconfianças em relação à recepção, pelas mulheres, de pessoas estranhas à família. Na maioria dos casos as entrevistadas relataram que não sentiram nenhum tipo de preconceito por serem elas quem administrassem a atividade turística, porém nos casos em que houve algum tipo de manifestação nesse sentido, este partiu dos próprios vizinhos.

das entrevistadas “[...] considero uma relação de amizade; eu vejo assim: cada pessoa que vem, por mais estranha que seja, sai um amigo; e eu vejo que qualquer pessoa, com seus diferentes tipos de comportamento, a gente tá considerando uma amizade em potencial, nunca senti minha privacidade invadida [...]”.

É notório, em nossa análise, que o turismo provocou mudanças a partir do aumento da jornada de trabalho, especialmente nos finais de semana e nos feriados, que antes eram dedicados ao lazer das famílias. Os relatos demonstram que a maioria dos entrevistados deixou de realizar algumas atividades em detrimento do turismo, especialmente as que estão relacionadas com o lazer. No entanto, isso não foi considerado como sendo um fator negativo, mas sim como uma oportunidade de novos tipos de socialização para a família. Nesse sentido, o que fizeram foi substituir as atividades de lazer por outras que estivessem relacionadas com o turismo, e sem sair de casa, conforme o relato a seguir: “[...] a gente viaja com eles, a parte cultural se desenvolve, o relacionamento, tu consegue abrir horizonte, e esse é o principal objetivo abrir horizontes que antes tu não tinha, e abrir horizonte é tanto na parte financeira quanto na parte cultural como na parte de amizade [...]”.

Enfim, a combinação de atividades domésticas com atividades produtivas ocasionou impactos tanto positivos quanto negativos, sobretudo para as mulheres. Como positivos podemos evidenciar a autonomia gerada por uma atividade lucrativa, a liberdade para poderem comprar o que quiserem sem pedir recursos financeiros ao marido, além de ajudar nas despesas fixas da casa, como energia, telefone, alimentação, etc. Como impacto negativo, evidencia-se a multifuncionalidade da mulher rural ou a multiplicidade de atividades desenvolvidas por elas. Com o turismo elas passam a desempenhar todas as suas tarefas como mãe e donas-de-casa e também as tarefas necessárias para atenderem aos turistas.

Algumas considerações

Como resposta à reestruturação da economia decorrente dos impactos causados pela modernização da agricultura, e conseqüentemente com a exclusão do processo produtivo de muitos agricultores, estes acionam novas estratégias de reprodução econômica e social que culminam na emergência de atividades não agrícolas. O espaço rural, que era apenas provedor de matéria-prima e de alimentos, constitui-se em um ambiente de sociabilidade, de interação entre o homem e a natureza e de manifestações culturais, motivadas especialmente pelo turismo.

Nesta perspectiva de diversificação dos espaços rurais através de atividades não agrícolas, surge especialmente pós-década de 1990, uma nova atividade de uso do rural: a atividade turística. Assim como em outras regiões do Brasil, o turismo na região dos Campos de Cima da Serra (RS) provocou diversas modificações, sendo que as principais estão relacionadas com o trabalho e com as relações sociais, sobretudo para as mulheres rurais. Como mudança social o turismo rural remete as mulheres envolvidas nesta atividade a uma “socialização” que a agricultura não proporcionava. Concomitante a isso, houve uma reestruturação do trabalho familiar. Nesse sentido, a mulher assume nova função dentro da propriedade, desenvolvendo múltiplas atividades sem sair do domínio familiar, que é a casa, ocasionando a inserção desse grupo no mercado de trabalho e acarretando em maior

valorização do trabalho feminino, aumento da autoestima, da qualidade de vida, maior autonomia financeira, socialização, etc.

Apesar das contestações acima referidas, permanece ainda algumas questões a serem aprofundadas: o trabalho no turismo rural permite que as mulheres alcancem maior nível de empoderamento e autonomia ou ele estaria afirmando o trabalho doméstico das mulheres rurais? O turismo pode ou não contribuir para mudanças nas relações de gênero no meio rural?

Referências

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUS, 2000.

BLOS, W. *Turismo rural e desenvolvimento local*: Lages, SC. Santa Maria: Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 8).

DARGAN, L.; SHUCKSMITH, M. *Innovatory economic development: comparative report*. Global Urban Research Unit (Guru), School of Architecture, Planning and Landscape, Newcastle University, 25 aug. 2006.

ELESBÃO, I. *Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal*. Santa Maria: Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 1).

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FUCK, P. M. *Turismo, agricultura e patrimônio*: São Lourenço do Sul (RS). Santa Maria: Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 5).

GARCIA RAMON, M. D.; CANOVES, G.; VALDOVINOS, N. Farm tourism, gender and the environment in Spain. *Annals of Tourism Research*, Universitat Autònoma de Barcelona, 22, p. 267-282, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

_____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas I).

KINSELLA, J.; WILSON, S.; JONG, F. de; RENTING, H. Pluriactivity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, 40, 4, p. 481-496, 2000.

LUNARDI, Raquel. *Turismo rural: a contribuição da mulher*. Santa Maria: Facos, 2007. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 13).

MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, Londres, v. 11, n. 3, p. 285-296, 1995.

PÉREZ, M. V.; VALIENTE, G. C. Turismo rural en Galicia: sin mujeres imposible. In: GARCIA RAMON, Maria Dolores; FERRÉ, Mireia Baylina (Ed.). *El nuevo papel de las mujeres en el desarrollo rural*. Vilassar Del Mar: Oikos-tau, 2000, p. 171-198.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-54.

_____. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

- PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H. J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J. S. C. On regimes, novelties, niches and co-production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004.
- RIVERA, A. C. Implicaciones de género en el desarrollo de la oferta de agroturismo en Navarra y Asturias. In: GARCIA RAMON, Maria Dolors; FERRÉ, Mireia Baylina (Ed.). *El nuevo papel de las mujeres en el desarrollo rural*. Vilassar Del Mar : Oikos-tau, 2000.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51), p. 99-192, 2003.
- _____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, 3, p. 15-34, 2007.
- SILVA, M. *Turismo rural, agricultura familiar e comunidade*. [s.l.]: Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 3).
- SPARRER, M. Género y turismo rural: el ejemplo de la Costa Coruñesa. *Cuadernos de Turismo*, 11, p. 181-197, 2003.
- TULIK, O. *Turismo rural*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. (Coleção ABC do Turismo).
- VALIENTE, G. C.; PÉREZ, M. V. Turismo rural en Portugal: las mujeres piezas clave para “ricibir” y “servir”. In: GARCIA RAMON, Maria Dolors; FERRÉ, Mireia Baylina (Ed.). *El nuevo papel de las mujeres en el desarrollo rural*. Vilassar Del Mar: Oikos-tau, 2000.
- VENTURA, F. *et al.* Agritourism in Umbria: building linkages and synergies in local economies. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living countryside: rural development processes in Europe – the state of the art*. Doetinchem: Elsevier, 2002.
- WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 15, p. 87-145, out. 2000.
- VEIGA, J. E. *et al.* O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001. (Texto para Discussão n. 1).